

## Programa Minas Trata Esgoto lança Relatório Anual

O Relatório Anual do Programa Minas Trata Esgoto disponibilizado pela Fundação Estadual de Meio Ambiente (Feam), mostrou que, em 2015, 44% da população urbana de Minas Gerais tinha acesso a sistemas de tratamento de esgoto. O índice representa cerca de 7,4 milhões de habitantes. Em 2013, esse percentual era de 43% e, em 2006, quando o programa teve início, de apenas 13,5%. Segundo o estudo, as prefeituras mineiras informaram a presença de redes coletoras de esgoto em 684 municípios, com percentual de atendimento à população urbana estimado em 82,53%. Apesar do significativo percentual de população urbana atendida com rede coletora no Estado, somente com a operação das Estações de Tratamento de Esgoto (ETEs) haverá efetiva melhoria da qualidade dos cursos d'água e de vida para a população. Ainda de acordo com o relatório, existe em Minas Gerais 301 ETEs em fase de projeto, 64 em fase de instalação, 25 com atividades paralisadas e 47 desativadas. Leia mais: <http://www.feam.br/minas-trata-esgoto>

## Rio São Francisco pode receber usinas nucleares

Até 2030, as margens mineiras do rio São Francisco podem receber pelo menos duas usinas nucleares. Quatro serão implantadas no país nesse período, cada uma com geração de 1 mil megawatts (MW). Uma equipe da Eletronuclear, subsidiária da Eletrobras, definiu 40 regiões no Brasil capazes de receber seis usinas. Agora, uma comitê analisa os locais mais capacitados. Dentre eles, a faixa que vai de Pirapora a São Romão, no Norte de Minas. Os locais foram avaliados de acordo com critérios técnicos adaptados dos Estados Unidos, com análises que envolvem reservas ambientais, solo e capacidade hidrológica. Requisito fundamental, já que as usinas nucleares dependem de água para o resfriamento do reator, parte em que ocorre reação de nêutrons e átomos, gerando calor extremo. Esse calor produz vapor, que move a turbina e aciona o gerador elétrico. Além disso, a equipe se interessou também pela geologia da região e a ausência de comunidades próximas. Como as usinas demoram cerca de 10 anos para serem erguidas, prazo que inclui estudos, licenciamentos e construção, a previsão é que a decisão saia ainda este ano. A expectativa da Eletronuclear é que a construção seja realizada em conjunto com o poder privado e a operação, conduzida pela subsidiária da Eletrobras.



Obras devem ser concluídas no segundo semestre de 2016

## Copasa vai operar aterro sanitário em Varginha

A Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa) e a Prefeitura de Varginha assinaram, no dia 14 de janeiro, a ordem de serviço para início das obras do Aterro Sanitário da cidade. A solenidade contou com as presenças da presidente da Copasa, Sinara Meireles, do diretor de Operação Sul da Copasa, Frederico Ferramenta e do prefeito de Varginha, Antônio Silva. O Contrato concedendo os serviços de disposição final de resíduos sólidos urbanos foi assinado em dezembro de 2014. Desde então, a Companhia deu início a elaboração do projeto executivo, providenciou o licenciamento ambiental e licitou as obras do Aterro Sanitário. A Copasa será responsável pelos serviços por um período de 26 anos, contados a partir do início de operação. Além da adequação do Aterro Sanitário, a Companhia realizará as ampliações necessárias no local e avaliará a utilização de novas tecnologias de reciclagem que possibilitem o aumento da vida útil do espaço. Com investimento aproximado de R\$ 500 mil, a previsão é que as obras do Aterro Sanitário de Varginha sejam concluídas no segundo semestre de 2016. Leia mais: [www.abes-mg.org.br](http://www.abes-mg.org.br)

## Segurança será avaliada em 202 barragens mineiras

As condições de segurança de 202 barragens de rejeitos minerais de Minas Gerais serão avaliadas por uma empresa especializada em assessoria em geotécnica e mecânica de solos, contratada pelo Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM). O trabalho, com caráter emergencial, começou no dia 18 de janeiro e deve terminar no fim de abril. Os resultados de cada barragem serão compilados em documento e encaminhados aos órgãos emissores de licença ambiental, à Agência Nacional de Águas, ao Ministério Público e à empresa responsável pela barragem para eventuais reparos. Também será elaborado estudo para determinar a alteração da classificação de risco de algumas estruturas. A ação teve início no mesmo dia em que o órgão federal publicou portaria dando prazo de 15 dias para as mineradoras de todo o país apresentarem o Plano de Ação de Emergência de Barragem de Mineração. Os planos deverão ser entregues às prefeituras e Defesas Cíveis municipais e estaduais. Após concluída em Minas, a avaliação de barragens será estendida aos demais estados. No Brasil, 402 barragens estão enquadradas no critério da Lei de Barragens.